Nº199 JUL/2019 ESPECIAL 57º CONGRESSO DA UNE
UNE PARA TEMPOS DE GUERRA

MORO

Greve geral: perseverar na luta

Jandyra Uehara

Em São Paulo, no ato nacional unificado do 1º de Maio de 2019, foi convocada a primeira greve geral contra o governo Bolsonaro, pela primeira vez o conjunto das centrais sindicais brasileiras e também as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo estiveram juntas no Dia Internacional do Trabalhador.

A exemplo de 2017, quando a CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – teve um papel fundamental nas lutas contra o governo Temer convocando a Greve Nacional da Educação para março daquele ano e impulsionando a Greve Geral de abril de 2017, novamente em 2019, a educação deu o pontapé inicial para a greve geral, convocando a Greve Nacional da Educação para 15 de Maio, contando com a ampla adesão de outras organizações nacionais que representam professores do setor privado – CONTEE – e boa parte dos professores municipais – CONFETAM, além do apoio de outras categorias e da base sindical cutista.

A greve de 15 de maio foi sem dúvida um marco na retomada da luta de massas em 2019. A adesão de milhares de estudantes, professores/as e trabalhadores/as da educação superior foram os cortes nos orçamentos das universidades e institutos federais, e as imensas manifestações que tomaram conta do país mostraram o potencial de luta social e de massas contra o conjunto da obra de Bolsonaro e dos golpistas num cenário de destruição de empregos e de direitos, crise política, institucional, econômica e social.

Um mês depois, a greve geral de 14 de junho aconteceu em todos os estados, em 21 capitais e no Distrito Federal os transportes públicos também paralisaram. Ao final do dia, havia registro de atos e greves em 375 cidades, incluindo professores, estudantes, servidores públicos, bancários, metalúrgicos e outras categorias organizadas. O balanço final da greve registrou manifestações em 521 cidades, uma capilaridade e interiorização maior do que em 2017, numa conjuntura muito diversa, mais complexa e desfavorável do que a enfrentada pelo movimento sindical em abril de 2017.

O legado destrutivo de Temer está sendo potencializado e acelerado por Bolsonaro mas, diferente do ilegítimo que já se encontrava com a popularidade no chão, Bolsonaro além de contar com apoio da coalização golpista – forças armadas, judiciário, oligopólio da mídia, congresso conservador e a maioria dos grandes empresários - para ataques aos direitos econômicos e sociais da classe trabalhadora, ainda tem capital eleitoral para queimar, muito embora já aumente a percepção negativa de eleitores de Bolsonaro .

A Greve Geral de 14 de junho foi vitoriosa e essencial para a aceleração do processo de lutas contra o governo Bolsonaro e sua agenda de destruição dos direitos e da organização da classe trabalhadora.

Daí decorre que os próximos passos são fundamentais, principalmente na reafirmação da tática de enfrentamento global à reforma da previdência e a agenda de retrocessos do governo Bolsonaro. Qualquer vacilação, tergiversação

Trabalhadores lotam a Praça do Ferreira, em Fortaleza

ou disposição de negociação de direitos podem não só fragilizar a credibilidade do movimento sindical como afetar a mobilização da classe trabalhadora organizada, única força política verdadeiramente capaz de derrotar o governo Bolsonaro e a coalização golpista que lhe dá sustentação.

Qualquer tentativa de criar narrativas de vitórias de Pirro em relação à Reforma da Previdência serão rechaçadas pela maioria dos trabalhadores organizados, que sentirão na pele os seus efeitos nefastos. Quanto a retirada da capitalização do relatório tática do governo é, se necessário adiar, com a apresentação de um projeto de lei em separado ainda este ano. Desviadas as atenções da capitalização e da perversidade explicita das mudanças no BPC e na aposentadoria rural, Bolsonaro, Mourão, Guedes, Maia e aliados buscarão a aprovação da expropriação de quase um trilhão de reais da classe trabalhadora. E como a história recente nos mostrou retrocessos na previdência não se revertem simplesmente com a eleição de governos progressistas, vide a luta pelo fim do fator previdenciário nos governos Lula e Dilma.

A CUT deve buscar a unidade das centrais sindicais contra o conjunto da Reforma da Previdência, a exemplo da construção da greve geral, mas combater publicamente e se isolar de posições que defendam negociação e concessões de qualquer tipo, perseverando na mobilização da classe trabalhadora para derrotar a destruição dos direitos previdenciários, vinculando com a luta por empregos e em defesa da educação e da soberania nacional.

A luta está longe de terminar, a tarefa é continuar mobilizando e organizando sem tréguas a classe trabalhadora, aumentando a pressão sobre deputados, intensificando o trabalho nas bases e convocando para dia 12 de julho um grande Dia Nacional de Lutas em todo o país e reforçando a mobilização da UNE em Brasília. Quem ousa lutar constrói o caminho da vitória! ★

Jandyra Uehara é dirigente nacional da CUT e do PT

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.
ISSN 2448-0150-186
Direção Nacional da AE: Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Jandyra Uehara/SP, Julio Quadros/RS, Mucio Magalhaēs/PE, Natalia Sena/RN, Patrick Campos/PE, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Jonatas Moreth/DF, titular; Sophia Mata/RN, titular; Rosana Ramos/SP, suplente; Pere Petit/PA, suplente. Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font. Secretaria Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com. Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Página PT 13
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

ENCARTE
57° CONGRESSO DA UNE

Um movimento estudantil para tempos de guerra

■ Lucas Reinehr

Os dias 15 e 30 de maio de 2019 demonstraram a força dos estudantes e da juventude e evidenciaram o quanto a luta pela educação é algo que mobiliza e unifica o povo brasileiro. Porém, é preciso mais que isso: precisamos de uma UNE que dê as mãos para a classe trabalhadora e, junto com a defesa da educação, mobilize o povo em defesa de outro projeto de sociedade.

O conluio bolsonarista, representado pelos bancos, elites agrárias, grandes capitalistas em geral e o pior segmento do reacionarismo brasileiro, tenta chantagear o povo afirmando que temos que escolher entre educação ou previdência social.

Nossa resposta deve ser muito franca: não vamos escolher entre direitos!

Precisamos de uma UNE que defenda a educação com toda a coragem, e que também se coloque firmemente na luta contra a reforma da previdência e pela liberdade do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

A prisão de Lula sustenta uma narrativa golpista que criminaliza todo o conjunto da esquerda – incluindo as forças que constroem a UNE – e por isso, defender Lula Livre é defender a UNE.

Os recentes vazamentos do The Intercept apenas comprovam algo que já dizíamos há muito tempo: existe um golpe em percurso que objetiva reconduzir o Brasil à condição que tínhamos na década de 1920.

Assim como tentam destruir o Partido dos Trabalhadores, os sindicatos e diversas outras formas de organização popular, a União Nacional dos Estudantes também é alvo dessa criminalização.

Querem enfraquecer a entidade através da CPI da UNE, e mais recentemente, da proposta do governo Bolsonaro de emitir uma carteirinha desvinculada à UNE, como forma de retalhar o autofinanciamento e a organização dos estudantes. Querem acabar com a principal ferramenta do movimento estudantil porque sabem a importância histórica e a capacidade de mobilização que a entidade possui.

O 57º Conune será um momento decisivo para construirmos uma União Nacional dos Estudantes que volte às ruas, à luta popular e ao dia a dia do movimento estudantil. Precisamos de uma entidade que possua a rebeldia necessária para lutar contra os retrocessos do governo Bolsonaro, conduzir os estudantes à resistência e retomar o horizonte que queremos para o Brasil.

O movimento estudantil e a UNE possuem um papel crucial nessa conjuntura, porém, somente com uma direção política consequente e alinhada aos interesses da classe trabalhadora brasileira podemos triunfar. Precisamos de uma UNE comprometida com a luta contra o neoliberalismo, o entreguismo e preocupada com a construção de uma integração latino-americana de estudantes, trabalhadoras e trabalhadores. Precisamos construir um movimento estudantil rebelde, consequente e que pare o país para mostrar que balbúrdia é o que querem fazer com os nossos direitos.

Viva o movimento estudantil! Não à reforma da previdência! Lula Livre! ★

Lucas Reinehr é militante da Juventude da Articulação de Esquerda e membro do Diretório Central de Estudantes da UFSM

Uma nova "nova maioria" na UNE

Roberto Nery

A vitória da extrema direita nas eleições de 2018, com a eleição de Bolsonaro à Presidência da República, marca uma derrota estratégica da esquerda brasileira.

O programa que as classes dominantes impõem tem como principais aspectos a submissão aos EUA, inclusive na guerra imperialista na Venezuela; a destruição da Previdência Social, acabando com o direito de aposentadoria; o pacote apresentado Sergio Moro para aumentar a criminalização e extermínio da população pobre e negra; e uma ofensiva contra a organização da classe trabalhadora, tendo como ponto crucial manter Lula como preso político.

Do ponto de vista educacional, ambos os ministros indicados por Bolsonaro para o Ministério da Educação – Ricardo Velez e o atual, Abraham Weintraub – demonstram o compromisso desse projeto em aniquilar a educação pública, gratuita e de qualidade, utilizando inclusive da educação como 'moeda de troca' para a aprovação da reforma da previdência.

Utilizam de uma falsa narrativa, ao colocar a universidade pública como local de 'balbúrdia' e indicam o verdadeiro objetivo: uma precarização que conduza à privatização. Mais uma vez, querem transformar a educação em mercadoria, fazendo com que as universidades voltem a ser acessadas somente pelas elites.

Além disso, o processo de criminalização das entidades estudantis, desde nossos Centros Acadêmicos – chamados por Bolsonaro de 'ninhos de rato' – até a própria UNE, permanece como um objetivo da extrema direita, sendo as tentativas de uma CPI da UNE o caso mais evidente. Retoma fôlego também o projeto Escola Sem Partido, com a mesma intenção de perseguição a estudantes e trabalhadores da educação. Em síntese: corte de investimentos, censura e privatização.

Nesse quadro, o movimento estudantil deve cumprir um importante papel de resistência. As recentes mobilizações, com atos da educação nos dias 15 e 30 de maio e a grande greve geral no dia 14 de junho, mostraram o descontentamento de milhões de pessoas por todo Brasil com o projeto adotado pelo governo, assim como o poder de mobilização da classe trabalhadora na defesa de seus direitos, principalmente das e dos estudantes e jovens. E não podemos perder o fôlego! Precisamos nos manter nas ruas para barrar as reformas, retomar os investimentos na educação e garantir a liberdade e inocência de Lula.

E nesse contexto de efervescência da luta social em defesa dos nossos direitos, a UNE tem um papel crucial: priorizar a luta social, retomar o diálogo com os estudantes nas universidades e potencializar a organização da rede do movimento estudantil. Caso se mantenha a burocratização e o foco absoluto na luta institucional, como a direção majoritária guiou a atuação da entidade nos últimos anos, aprofundará o processo de crise de legitimidade da entidade e aumentará ainda as possibilidades de ataques contra a entidade e a base estudantil.

Assim, consideramos necessário que a UNE integre o esforço para a construção de uma nova estratégia para a esquerda brasileira. A política de conciliação com a extrema direita expressa na eleição da presidência da Câmara Federal e as movimentações do PCdoB para isolar o PT – diga-se, o maior partido da oposição -, priorizando uma aliança com a centro-direita, são exemplos resultantes da estratégia que precisamos superar.

No 57º Congresso da UNE, devemos eleger uma nova maioria de direção política comprometida com a construção de unidade da esquerda na luta política e social, em radical oposição ao governo Bolsonaro. Esta unidade passa necessariamente por uma retomada profunda da luta popular, da presença na base e da luta pela liberdade do companheiro Lula. Precisamos de uma entidade que, mais do que nunca, construa uma política em defesa dos direitos da classe trabalhadora e pela abertura de um novo período em que se recoloque a possibilidade de um novo projeto de poder das classestrabalhadoras, articulado com a luta pelo socialismo.

Por uma UNE que mude sua estratégia de atuação, sendo presente na base e articulando sua rede, não somente em gabinetes e eventos institucionais, conciliando com aqueles que querem nos destruir. Por uma UNE que faça um balanço real do que foi suas últimas gestões, que não construa análises sem ser calcadas na realidade. Por uma UNE que esteja junto da classe trabalhadora nas ruas, junto às frentes e centrais sindicais, para criarmos as condições para enfrentar as ameaças legais e ilegais da extrema-direita, visando retomar as liberdades democráticas e a justiça social. Por uma UNE que organize, forme e mobilize a massa estudantil para a derrubada da reforma da previdência e do Escola Sem Partido, por justiça a Marielle e por Lula Livre! ★

Roberto Nery é graduando em Ciências do Estado na UFMG e Diretor da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais

Lula Livre e Já!

Ana Flávia Lira

A Operação Lava Jato é um dos pilares do golpe de 2016, não só porque foi uma das articuladoras da deposição da presidenta Dilma e a responsável pela prisão política de Lula, mas, sim, porque esses dois elementos foram e são centrais para estabelecer um projeto de país que retira os direitos da classe trabalhadora, coloca as Forças Armadas no centro da vida política brasileira e nos subordina aos interesses dos Estados Unidos. As últimas revelações do The Intercept confirmam isto. A atuação de Sérgio Moro, articulando e coordenando as acusações do ex-presidente, tinha como os únicos motivos a retirada de Lula da disputa presidencial de 2018 e da luta política direta em nosso país para que o projeto do golpismo pudesse vingar.

Cabe-nos, pois, fazer um breve resgate de memória histórica para que possamos esclarecer a importância do papel político de Lula no contexto atual. Quando costumamos debater sobre a Ditadura Militar brasileira muito falamos sobre a luta armada e sobre a luta institucional via MDB. Entretanto, um exercício que pouco fazemos – seja porque não costumamos fazer balanço histórico, seja porque insistimos em repetir os erros estratégicos e táticos da nossa luta política – é rememorar como conseguimos derrotar a ditadura brasileira. Entre as várias táticas de luta armada e da própria tentativa de construção de frente ampla com setores da burguesia nacional, o que conseguiu acumular forças para a derrota do regime foi a luta de massas, representada pelas grandes mobilizações estudantis e asgreves de trabalhadores, com destaque para as greves do ABC que, por sua vez, conseguiram mobilizar e cruzar os braços milhares de trabalhadores na região paulista. Aqui, uma figura popular, vinda do interior do interior do Nordeste brasileiro, se destacou por liderar e articular com maestria as greves: Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula, a partir de então, conseguiu se colocar para o conjunto do povo brasileiro como a maior liderança popular da história do nosso país. Prova disto é a sua capacidade de liderar as massas não só por meio das greves na década de 1980, mas por ter conseguido terminar um governo com mais de 80% de aprovação e de, mesmo preso e com uma campanha intensa de criminalização ao nosso partido e à sua vida política, ter sido o candidato favorito pelo nosso povo ao pleito eleitoral de 2018.

A Lava Jato e a coalizão golpista sabem que para se sustentar no governo é fundamental, dentre outros aspectos, ter uma liderança que consiga aglutinar as massas. Portanto, eles sabem também que a fragilidade do projeto que está posto é a possibilidade de Lula, como liderança de massas, fazer o contraponto a Bolsonaro, organizando nas ruas, nas praças e bairros a resistência à reforma da previdência e ao desmonte da educação. Vejamos: se Lula é liberto, a luta contra o governo entra em outro patamar, uma vez que há uma liderança do nosso campo democrático popular (que por sinal é a única atualmente) com grande inserção nas massas. Lula põe em cheque direto a liderança de Bolsonaro e o projeto neoliberal conservador em curso. Lula, portanto, é a possibilidade concreta – gostem alguns ou não – de forjarmos uma saída democrática popular à criseinstaurada. Por isso, a campanha pela libertação de Lula aponta para a derrota do governo Bolsonaro e sinaliza, a depender do nível de consciência que consigamos estar, para um projeto de país de cunho popular, capaz de colocar como central as reformas estruturais que precisamos.

Nesse sentido, é papel da UNE e do movimento estudantil colocar a bandeira Lula Livre como central para esse período, vinculando-a aos cortes orçamentários, à piora das condições de vida da classe trabalhadora e àdefesa da autonomia das nossas universidades. Não podemos mais nos iludir com as táticas que põe como central a formação de uma frente ampla com os ditos “setores democráticos” que, inclusive, compõem a agenda de retirada de direitos da classe trabalhadora e do nosso povo. Não nos esqueçamos que, historicamente, essas táticas equivocadas só serviram à desarticulação da luta de massas. O núcleo duro da resistência ao governo tem que ser o bloco popular e nesse bloco Lula cumpre uma função crucial de liderança. Por isso, é urgentemente necessário que a entidade volte a assumir o dia-a-dia das universidades públicas e privadas, retomando a primavera estudantil, construindo os comitês Lula Livre, ao passo em que engajamos a classe trabalhadora nesse processo e acumulamos forças para a greve geral e para a derrota do golpismo. ★

Ana Flávia é do DCE da UFERSA e representante dos discentes no CONSUNI

Em defesa da Educação

Lucas Bomfim

A educação no Brasil sempre foi alvo de ataques das elites entreguistas que pretendem adotar como projeto sucateamento da educação para vendê-la. Essa pauta vem sendo intensificada pelo golpe de 2016 e pela eleição de Jair Bolsonaro à Presidência, ambos governos que declaradamente atacam a possibilidade de uma educação mais emancipadorae menos mercadológica. Não foi à toa que uma das primeiras medidas do governo golpista de Temer foi a reforma do ensino médio, que dificulta o acesso e a permanência dos estudantes nas salas de aula, sobretudo aqueles que precisam contribuir ativamente para a renda familiar.

Acabar com a educação pública, gratuita e de qualidade tem se mostrado estrutural para o governo. A justificativa é a de que os professores – sobretudo os de humanidades – e o movimento estudantil seriam responsáveis por uma suposta decadência dos costumes na sociedade brasileira. Na prática, Bolsonaro e seus ministros mobilizam o chamado “combate ao marxismo cultural” para perseguir a esquerda e naturalizar narrativas autoritárias e violenta, em especial pró-ditadura militar.

Nesse início de governo, já estamos assistindo o desmonte proposto: ataque à liberdade de cátedra; tentativa de criminalização do debate político; desmonte da pesquisa e da extensão; incitação ao ódio e à violência como formas de perseguição intelectual, entre outros. Destaca-se ainda o combate do governo a própria história de nosso país, visto os ataques ao estudo de História da África, de comunidades afro-brasileiras e dos povos indígenas, bem como de suas artes, religiões e literaturas; história dos movimentos sociais – sobretudo a do movimento estudantil- e da luta contra a repressão durante a ditadura militar; educação sexual e diversidade.

Já nesses seis meses de governo foi anunciado corte de 30% (ou mais) nos investimentos para as Universidades e Institutos Federais (IF’s), a possibilidade de não renovação do FUNDEB, além de cortes generalizados de milhares de Bolsas da Pós Graduação (como da CAPES). Inúmeras dificuldades foram criadas para os bolsistas do Prouni quando defendeu-se que o mercado decidirá os juros do FIES, impossibilitando o desenvolvimento da educação no país. Várias universidades, inclusive, declararam que não terão recursos para manter seu funcionamento ate o fim do ano letivo, o que comprova o drama que viveremos na educação brasileira no próximo período, enquanto Bolsonaro e seu Ministro da Educação, zombam da população.

Os ataques, além de continuarem a rasgar a nossa constituição, negando o direito à educação aos oriundos dos setores populares, visam também atacar diretamente a soberania nacional, através do desmonte da ciência e tecnologia, setor fundamental para o desenvolvimento de uma nação soberana.

O mercado e os detentores do poder, nunca pensaram as escolas e universidades brasileiras como algo dos trabalhadores e de suas e seus filhos, em especial os oriundos das camadas mais populares. Ser resistente a um modelo educacional crítico, democrático e popular sempre foi pauta central daqueles que detém o poder em nosso país. O que recebemos é uma educação mercadológica na lógica dos poderosos, uma educação acrítica e completamente tecnicista, que tem como função primordial criar soldados bem treinados para o famoso exército de reserva do “mercado de trabalho” ou em tradução livre “campo de batalha do capitalismo selvagem”.

As escolas e universidades que desejamos, ao contrário da que é defendida pelo atual governo, são instituições baseadas em uma educação pública, gratuita e de qualidade, baseadas num projeto democrático e popular que abrange por completo a classe trabalhadora. A educação deve ser capaz de proporcionar e incentivar a pluralidade de ideias e concepções de mundo pra dentro da sala de aula, além de promover um amplo debate político.

O projeto de educação que tem como foco tornar o jovem trabalhador um cidadão crítico não é uma utopia e depende da ação do Estado brasileiro para ser efetivada. Apenas com uma perspectiva de soberania nacional e desenvolvimento este projeto é possível. Os governos populares de Lula e Dilma mostraram que é possível democratizar a educação no Brasil, incluir os mais pobres no orçamento, popularizar o ensino e criar uma sociedade mais justa.

Frente a isso é fundamental construir a resistência, nas escolas, nas universidades e nas ruas. Os últimos dias de luta, foi um grande exemplo pra isso. Estudantes e trabalhadores deram as mãos para poder construir um movimento organizado e consequente, que paute política e te-

nha condições de pressionar os poderosos. Milhares de pessoas foram defender a educação pública brasileira e a seguridade social, defender que não somos mercadoria e que conhecimento é fundamental para a emancipação humana.

Os tempos de guerra estão postos, e essa guerra é contra nós, visto que Bolsonaro diz claramente que quer nos destruir por aquilo que pensamos. E precisamos estar preparados! Precisamos estar preparados enquanto entidades, enquanto organizações e principalmente enquanto classe trabalhadora! PRECISAMOS DE UMA UNE PARA TEMPOS DE GUERRA Para travar e dirigir as lutas nos próximos períodos por uma educação publica gratuita, de qualidade e inclusiva, onde todas e todos tenham direito e acesso a ela. ★

Lucas Bomfim, graduando em Engenharia Química na UFS, Diretor da União Nacional dos Estudantes, da JPT e signatário da tese “UNE para Tempos de Guerra” para o 57° Congresso da UNE

Previdência: o ataque continua

Natalia Bonavides

O relatório da PEC 06/2019, que trata da reforma da previdência, foi apresentado na comissão especial da Câmara dos deputados no dia 13 de junho, pelo relator Samuel Moreira (PSDB/SP).

O conteúdo do relatório mantém a lógica de penalizar os mais pobres, que embasa essa reforma. Os trabalhadores terão que pagar mais para a previdência, trabalhar mais tempo e receber menores benefícios, ou até não receber, diante da dificuldade em atingir os novos critérios para a aposentadoria. Em resumo: o relatório ameniza alguns pontos do perverso projeto apresentado pelo governo, mas segue sendo um duro golpe nos direitos da classe trabalhadora brasileira.

Acerca das questões que foram modificadas em relação ao projeto original, os principais destaques são para capitalização, aposentadoria rural e benefício de prestação continuada (BPC). Sabemos que a retirada de alguns desses temas do relatório é fruto da pressão popular oriunda da mobilização contrária à reforma da previdência, mas também não podemos ter ilusões sobre a natureza destrutiva do projeto, que segue sendo muito ruim.

Quanto à capitalização, por exemplo, fala-se explicitamente na Câmara sobre um acordo com o governo para que seja apresentada uma nova PEC que trate exclusivamente do tema da capitalização, já no próximo semestre. Fala-se também em reincluir a capitalização no projeto, através de emenda ao relatório. Ou seja, a retirada deste tema do relatório não significa de forma alguma um movimento de desistência de entregar a previdência do nosso povo para os banqueiros administrarem, mas sim um adiamento da discussão. Aliás, o próprio relator falou expressamente que é favorável a capitalização e que a retirada deste tema do relatório visa apenas separar os debates. Segundo ele, primeiro devemos reformar o sistema existente e depois debater a mudança de sistema, o que seria a capitalização.

Por outro lado, o relatório manteve pontos fundamentais e absolutamente desumanos. Um dos mais importantes é a regra de cálculo da aposentadoria, que passará a exigir 40 anos de contribuição para que o beneficiário receba o valor total do benefício. A maioria da população brasileira, sobretudo os mais pobres e as mulheres, já enfrenta dificuldades para atingir o tempo de contribuição exigido hoje, que é de 15 anos. Isto se agrava ainda mais com desemprego e informalidade crescentes, especialmente após a reforma trabalhista.

Hoje, com 15 anos de contribuição, é possível receber uma aposentadoria que leva em conta no seu cálculo pelo menos 85% da média salarial, considerando os melhores salários recebidos na vida do trabalhador. Caso a reforma seja aprovada nos termos do relatório, a aposentadoria só poderá ocorrer após 20 anos de contribuição e com apenas 60% da média salarial, considerando os piores salários. Ou seja, quem já trabalha muito e ganha pouco vai ter que trabalhar mais e por mais tempo, para no fim das contas receber bem menos. Isto se conseguir o tempo necessário para receber alguma coisa.

O relatório também manteve a imensa maldade que o governo que fazer com professores e professoras. O aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, tanto no serviço público quanto no privado, faz com que passem mais tempo em sala de aula, enfrentando superlotação, múltiplas jornadas, infraestrutura precária e violência nas escolas. São mudanças que atingem com mais força as mulheres, que são 80% da categoria e ainda carregam o papel social do trabalho doméstico, que não é remunerado nem conta para a aposentadoria.

Em resumo, o relatório mantém a essência da reforma, que, ao contrário do que é proclamado pelo governo, não combate privilégios. A maior parte da "economia" que o governo quer fazer é em cima de trabalhadores do setor privado, que possuem menores salários e são mais vulneráveis ao desemprego. Enquanto isso, o governo não mexe nos verdadeiros privilégios, que beneficiam banqueiros e grandes empresários e prejudicam as contas públicas, como a questão do pagamento dos juros da dívida pública, além das renúncias fiscais, perdões e parcelamento de dívidas, isenção de imposto sobre lucros e dividendos, por exemplo.

No dia que este artigo está sendo escrito (24 de junho de 2019), ainda está em curso o debate sobre o relatório apresentado na comissão especial da Câmara. A bancada petista está firme em sua posição contrária e aproveita o debate para denunciar ao povo brasileiro o imenso perigo que corremos caso essa reforma seja aprovada. Após o término dos debates e votação do relatório, o projeto seguirá para discussão no plenário da Câmara, e a perspectiva é que o projeto seja votado ainda no primeiro semestre.

A greve geral do dia 14 de junho e as mobilizações de maio em defesa da educação deixaram evidente que a classe trabalhadora, os estudantes, a militância que defende os direitos e democracia, não irão ficar passivos diante de tantos desmontes, pois sabemos que só com muita mobilização popular derrotaremos esse perverso projeto. E é isso que faremos, parafraseando o presidente Lula em uma de suas últimas entrevistas: lutar, lutar, lutar!! ★

Natalia Bonavides é deputada federal (PT RN)